



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

PAOD - DOP
José Decq Mota
2003/04/09

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Falar da Universidade dos Açores é falar de uma instituição estratégica com três polos que são, todos eles, de fundamental importância.

Falar do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, certamente que é falar do Polo da Horta, mas é também falar de um Departamento Universitário que se credibilizou na investigação, que se afirmou na qualidade das colaborações e dos programas que desenvolve em conjunto com a Administração Regional, que demonstrou ter uma enorme capacidade de se desenvolver cientificamente embora num quadro de grandes limitações físicas.

Falar do DOP, visitar o DOP, observar o DOP é um exercício que muitos têm feito, que tem gerado crescentes e credíveis palavras de admiração, mas que, até à data, ainda não contribuiu, decisivamente, para o arranque do projecto de construção de instalações adequadas.

Raramente se terá visto um tão elevado número das mais altas figuras do Estado, em vários mandatos, dizerem palavras tão positivas em relação a uma instituição científica e universitária.

Apesar disso, raramente se terá visto também um processo de investimento público ser arrastado por tantos e tantos anos.

Apesar disso, também, raramente se terá visto a capacidade demonstrada por cientistas, técnicos, funcionários e estagiários em produzirem trabalho sério e profundo, usando um antigo balneário público, um antigo serviço de desinfecção marítima e um antigo mercado de peixe. A essas instalações foram sendo somadas alguns pré-fabricados e alguns contentores e todos os que esperavam o colapso dos projectos, por falta de condições, tiveram como resposta o amadurecimento e a implantação científica do DOP em função da competência desses mesmos cientistas, técnicos, funcionários e estagiários.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Afirmei uma vez, nesta tribuna, que o que tem faltado, desde há muitos anos, para que se construam instalações condignas para o DOP é uma verdadeira vontade política.

Reafirmo essa convicção que penso que é plenamente demonstrada pela inacção a esse respeito assumida na prática, por todos esses que, quando visitam tecem os mais rasgados elogios ao DOP.

Foram já vários os Ministros da Educação ou da Ciência dos mais variados Governos, que não transformaram em motor de vontade a simples constatação da importância e da qualidade do trabalho do DOP.

Por diversas vezes o Reitor da Universidade dos Açores não escondeu a sua visão parcial em relação a esta questão, tendo chegado, por duas vezes, ao limite de “ameaçar” com a transferência do DOP.

Recentemente, no quadro de uma apreciável discussão pública realizada tendo como motivo o 25º Aniversário da Universidade dos Açores, ficou patente que a questão da tripolaridade da Universidade dos Açores tem muitos e credenciados defensores, como ficou patente que os seus detractores não desistiram de agir.

Bem recentemente subiu ao palco da actividade política regional a pressão e a acção em favor do desbloqueamento das decisões necessárias à resolução, que é de facto muito urgente, da situação do Polo da Terceira da Universidade.

Na nossa óptica a tripolaridade tem que ser defendida e isto implica que as entidades competentes desbloqueiem finalmente os financiamentos necessários às obras do Polo da Terceira e às obras do Polo da Horta.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Há já muitos anos existe nesta ilha do Faial, uma clara noção da importância do DOP não só para o futuro dos Açores e da Universidade dos Açores, mas também para o futuro da Horta e desta zona do Arquipélago.

A centena de profissionais que normalmente trabalham no DOP; o racional aproveitamento da magnífica infra-estrutura que é o Porto da Horta para base de meios de investigação marítima; a massa crítica, a

qualidade e as exigências introduzidas no conjunto da sociedade por toda essa gama de cientistas formados ou em formação, de técnicos qualificados em várias áreas, de visitantes que colaboram em projectos de investigação; tudo isso é de fundamental importância para o desenvolvimento do meio de acolhimento e, também para o desenvolvimento harmónico, equilibrado e descentralizado da Região.

Em poucos dias virá à Horta fazer um Conferência sobre o Ensino Superior, o Senhor Ministro da Ciência e Ensino Superior. Sei que vai visitar o DOP; sei que vai visitar o Observatório Príncipe Alberto de Mónaco.

Penso que não passa pela cabeça de nenhum açoriano que o Senhor Ministro, ao vir à Horta falar do Ensino Superior, não apresentará um plano pormenorizado e concreto de investimento que permita o rápido início das obras de construção do edifício principal do DOP.

A exigência colectiva da nossa sociedade, quer no plano regional, quer no que respeita ao Faial, só pode ir nesse único sentido de se passar quanto antes à fase de disponibilização dos meios financeiros. Declarações do Ministro feitas quando se deslocou à Universidade dos Açores, na comemoração dos 25º Aniversário, apontam nesse sentido, mas é bom frisar, agora, antes da concretização da anunciada visita, que este caso concreto, por tudo quanto foi dito, não se compadece com mais demoras, nem com mais promessas.

Exige acção verdadeiramente imediata.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

O DOP é para além de tudo o mais um departamento de investigação de fundamental importância para uma boa e rigorosa gestão dos nossos recursos pesqueiros e a adequação urgente das suas instalações também é essencial neste plano.

Mas não queria terminar esta intervenção que foi sobre o DOP, sem aflorar uma questão da actualidade e que se prende com o futuro imediato das acessibilidades à zona de pesca dos Açores.

Não é preciso recordar que esta Assembleia tem uma posição unanime e clara sobre essa questão, tomada por Resolução.

Não é preciso lembrar que ambos os órgãos de governo próprio da Região (ALRA e Governo) se empenharam na criação de condições para que o assunto fosse bem resolvido.

As propostas do Governo Regional são conhecidas e o que não é neste momento conhecido de forma rigorosa é o papel e são as propostas do Governo da República.

È de fundamental importância saber-se o que é que o Governo da República está a negociar e porque é que o está a fazer.

Não é aceitável que esta questão não seja esclarecida.